






ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:


1.1. Solicitação de abertura de processo licitatório de registro de preços para futura aquisição parcelada de material elétrico para atender a demanda dos diversos setores da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações e unidade de fornecimento dos produtos inseridas no SIASGnet e as deste termo, prevalecerão as constantes neste termo e no edital:





ITEM	Código Catmat	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Quant	Unidade	Valor Unitário máximo
1	440987	Adaptador de tomada T universal branco. 	100	Unid.	5,25
2	394817	Adaptador 3x1 universal –cor a definir. 	100	Unid.	6,71
3	433501	Adaptador Pino Universal 10A/20A 03 P 110/220V – cor a definir 	25	Unid.	6,14
4	437095	Arruela quadrada para AR medidas aprox 38 x 3 x 18mm	100	Unid	2,96
5	213731	Base para relé fotoelétrica, giratória, padrão ABNT	400	Unid	7,53
6	472532	Braço curvo simples fabricado em tubo e aço SAE-1010/1020, com sapata, galvanizada a fogo, comprimento de 3 metros x 48mm	200	Unid.	115,85
7	356212	Braço reto, confeccionado em tubo de aço galvanizado a fogo, com 1 metro de comprimento e diâmetro externo de 1 polegada	100	Unid.	20,46
8	458473	Cabo 10 mm rígido	260	Metro	8,42
9	458468	Cabo 16 mm	160	Metro	10,59
10	364538	Cinta galvanizada eletrolítica circular 240mm com 2 parafusos e 2 porcas	100	Conj	34,47
11	380053	Cinta galvanizada eletrolítica circular 250mm com 2 parafusos e 2 porcas	100	Conj	36,11
12	372873	Conector CDP 70 (conector para cabo multiplex)	200	Unid	7,25
13	334267	Conector derivação perfurante 4mm a 16 mm.	100	Unid	9,62
14	441011	Contator trifásico 25A X 220V	20	Unid	55,75
15	337887	Disjuntor bifásico 50 Ampères	40	Unid	19,36
16	337858	Disjuntor monofásico 40 Ampères	30	Unid	6,55
17	337859	Disjuntor monofásico 50 Ampères	30	Unid	6,42
18	482700	Disjuntor monofásico 70 Ampères	30	Unid	13,25
19	337908	Disjuntor trifásico 50 Ampères	30	Unid	29,35
20	422023	DPS trifásico	15	Unid	102,50
21	342793	Fio cabo PP 2x1.5 mm, rolo de 100 metros	27	Rolo	236,91
22	224596	Fio 2,5 mm flexível, rolo de 100 metros	25	Rolo	150,08
23	224593	Fio 6 mm rígido	300	Metro	5,28
24	443430	Fio paralelo 300v 2 x 2,5 mm	160	Metro	2,31
25	391494	Fio sólido em cobre 1,5 mm	160	Metro	1,24
26	369150	Fio sólido em cobre 2,5 mm	160	Metro	2,26
27	335535	Fio sólido em cobre 4 mm, rolo de 100 metros	30	Rolo	259,87
28	614481	Canaleta, material: pvc - cloreto de polivinila, tipo: com	52	Unid.	11,53



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

		tampa, cor: branca, características adicionais: com divisória, com adesivo dupla face, aplicação: instalação elétrica, dimensões: 20 x 10 x 2000 mm			
29	251315	Chave teste 135 mm de 100V a 500V	10	Unid.	7,20
30	348661	Clip grampo 7/8 para cabo de aço	55	Unid.	24,60
31	622452	Conjunto de sobrepor com duas tomadas simples 2P + T – 10A 250V	25	Unid.	9,56
32	617244	Conjunto de sobrepor duplo interruptor simples 10A 250V	25	Unid.	11,55
33	402534	Conjunto sobrepor interruptor e 1 tomada simples 2P + T 10A 250V	25	Unid.	11,32
34	614569	Ducha eletrônica 220 v Potência Mínima 5500W 40 A	100	Unid.	71,57
35	315943	Chuveiro elétrico, material termoplástico, 3 variações de temperatura, cor branca, potência 5.400W, tensão 200V, com capa isolante interna	5	Unid.	41,98
36	395392	Extensão fio 8mm (PRETO), 20A, 20 metros	03	Unid.	98,99
37	428838	Extensão fio 8mm PRETO, 20A, 50 metros	05	Unid.	151,25
38	611883	Extensão Régua 05 ou 06 tomadas, porta fusível, e fusível reserva 10A (chave liga desliga) comprimento do cabo mínimo 0,9 m, com protetor de surto elétrico (DPS) cor escolher mediante empenho. Potência 600W tensão de saída 127/220 V. 	15	Unid.,	67,70
39	321184	Fita isolante elétrica, material básico: borracha a base de poliuretano, resistência à tensão: até 1.000 v, cor: preta, largura nominal: 19 mm, comprimento nominal: 20 m	182	Unid.	6,13
40	458590	Globo de vidro para iluminação 15x28 cm, liso, resistente e transparente	50	Unid	71,47
41	454245	Haste de cobre 5/8 com conector, 1 metro	25	Unid	32,95
42	212298	Isolador olhal de porcelana 57 x 80mm	50	Unid	11,60
43	603065	Lâmpada fluorescente LED TUBULAR 40W 220V, vida útil média 7500 horas, med aprox. 1,20m	150	Unid	14,14
44	468628	Lâmpada fluorescente LED TUBULAR 18 a 20W 220V, vida útil média 7500 horas, med aprox. 1,20m	100	Unid	10,09
45	441137	Lâmpada LED 30W = Características técnicas : Modelo: BULBO Temperatura de cor: Branco frio (6000~6500k), Eficiência: 80lm/w, Fluxo Luminoso(Lumens) 2400lm, Potência: 30w, Frequência: 60Hz, Tensão: Bivolt automático (110-220V), Vida útil média: 25.000 horas, Garantia maior ou igual a 12 meses , Dimensão aproximada: 182x100mm, Base: E-27, Material: plástico, Certificação: INMETRO	300	Unid	12,54
46	445743	Lâmpada LED 50W = Características técnicas : Modelo: BULBO Temperatura de cor: Branco frio (6000~6500k), Eficiência: 90lm/w, Fluxo Luminoso(Lumens) ~4500lm, Potência: 50w, Frequência: 60Hz, Tensão: Bivolt automático(110-220V), Vida útil média: 25.000 horas, Garantia maior ou igual a 12 meses , Dimensão aproximada: 256x138mm, Base: E-27, Material: plástico, Certificação: INMETRO	1.200	Unid	16,68
47	617253	Luminária nova, E-27, em alumínio estampado e anodizado, alto brilho, c/grade de proteção, soquete de porcelana reforçado, para braço de ø1"	200	UN	77,20
48	475596	Luminária pública, LED, com potência 150W, bivolt -	300	Unid	297,66



		Descrição mínima: Fonte de energia com controle de corrente em malha fechada; Fator de Potência $\geq 0,95$; Distorção Harmônica Total de Corrente (THD) $\leq 10\%$, Índice de Reprodução de Cor (IRC) ≥ 70 , protetor contra surtos de 10kV/10kA, Grau de Proteção contra Poeira e Umidade mínimo IP-66 do produto, Proteção contra Impactos Mecânicos mínimo IK-08, Fluxo Luminoso Efetivo ≥ 21750 lm, Eficiência Energética ≥ 145 lm/w, Sistema integrado ao corpo da luminária para acionamento e desligamento automático em função da luminosidade ambiente ou base e rele foto controlador conforme NBR 5123, Rele Fotoelétrico; Estrutura em alumínio injetado com pintura Eletrostática, sistema de fixação para braços de 48mm, Led com vida útil igual ou superior a 50.000 hs (L70); Temperatura média de cor de 5000K variação(+ - 5%). Obs.: A luminária deverá conter um Driver (Fonte Chaveada) que mantém a Potência constante na faixa de tensão de operação, e possuir ensaios elétricos feitos em laboratório acreditado pelo INMETRO, com as características da carga a ser instalada, potência ativa (W) e reativa (Var), fator de potência, harmônicas de tensão e corrente). Garantia do fabricante contra defeitos de fabricação deverá ser de no mínimo 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo, correndo por conta na empresa licitante/proponente qualquer despesa de fretes para envio ou retorno da garantia			
49	485191	Organizador de fios cabo espiral 10 mm- cor a definir preto ou branco - Rolo de 05 metros	100	Unid.	13,16
50	622835	Painel de LED Quadrado 18W Bivolt (Sobrepot) 22cm	200	Unid.	16,09
51	622836	Painel de LED Quadrado 24W 6500 K bivolt (Sobrepot) 6500 K	500	Unid.	29,04
52	364595	Parafuso aço, com porca, 35cm 5/8	150	Unid.	15,50
53	460008	Parafuso aço, com porca, francês, 16x70mm REC	150	Unid.	4,05
54	217100	Poste de jardim 2 globo de vidro transparente 2,16m p23 – cor preta, - em aço fosfatizado - difusor: 2 globos de vidro leitoso 15x30 - acabamento: pintura eletrostática - altura: 2,16 m do chão ao topo do poste - largura: 90cm - diâmetro: 16cm - peso: 8,8kg - quantidade de lâmpadas: 2 - potência máxima: 25W - lâmpada compatível: LED/eletrônica - padrão do soquete: E-27 - tensão elétrica: bi-volt	26	Conj	384,46
55	446451	Plafon c/soquete de louça E27	220	Unid.	3,38
56	446072	Plafon rosqueado em plástico/ porcelana (branco)	500	Unid.	7,12
57	463208	Plug fêmea 02P – cor a definir. 	55	Unid.	3,53
58	446803	Plug fêmea 02P + T – cor a definir. 	55	Unid.	6,15
59	323913	Plugue macho 3P+T 10A-cor a definir. 	55	Unid.	11,90
60	614411	Plugue macho reto 2P 10A -cor a definir. 	55	Unid.	4,74
61	612429	Poste entrada de energia Monofásico, padrão RGE, 7,5	20	Unid.	1536,19



		metros, composto de uma caixa de medição, sistema de aterramento, condutores disjuntores e outros acessórios indispensáveis para sua instalação			
62	612429	Poste entrada de energia Trifásico, padrão RGE, 7,5 metros, composto de uma caixa de medição, sistema de aterramento, condutores disjuntores e outros acessórios indispensáveis para sua instalação	20	Unid	2365,65
63	630116	Quadro de distribuição sobrepor 16 disjuntores - fabricado em pvc antichama, grau de proteção ip40, aceita disjuntores padrão nema ou din, na cor branca. Certificação Inmetro , normas de referência nbr iec 60670-1, nbr iec 60439-3 e nbr 6146.	05	Unid.	99,39
64	390247	Quadro de distribuição sobrepor 4 disjuntores - fabricado em pvc antichama, grau de proteção ip40, aceita disjuntores padrão nema ou din, na cor branca. Certificação Inmetro , normas de referência nbr iec 60670-1, nbr iec 60439-3 e nbr 614	05	Unid.	25,59
65	470263	Refletor LED - 50W Especificações: Produto a prova de água com certificação IP66. Produto certificado pelo INMETRO . Tensão de entrada: bivolt automático; Cor: branco frio	10	Unid.	25,38
66	458416	Relé Sensor Fotocélula Bivolt C/Suporte Acende Automático, fluorescente 320W- 220 V	20	Unid.	39,52
67	242354	Relé Fotoelétrica sem componentes eletrônicos, partida rápida (eletromagnéticos), de 1000w-220v-1800va, com 24 meses de garantia, Padrão ABNT, Certificação INMETRO	500	Unid.	14,04
68	319814	Suporte AR zincado 3/16 1 x 1, armação de AR11	15	PC	24,60
69	307381	Suporte de porcelana para lâmpada B=E27, pendente	300	um	4,12
70	402154	Suporte fixo para lâmpada de louça/porcelana, base E-27	100	Unid.	4,57
71	420199	Suporte pressão para lâmpada fluorescente 40W 110V	100	PC	3,00
72	618467	Tomada dupla branca 20A- qualidade de primeira linha.	500	Unid.	16,03
73	460970	Tomada externa 2 P +T 20A/250V -qualidade de primeira linha	500	Unid.	9,16
74	460970	Tomada Simples branca 4x2 20A – qualidade de primeira linha	500	Unid.	4,86

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A aquisição de materiais esportivos para a Secretaria Municipal de Educação é fundamental pois visa auxiliar e otimizar a pratica esportiva nas Escolas Municipais, principalmente nas aulas de Educação Física, o que ajuda diretamente na saúde dos alunos, mas também na recreação, disciplina e comprometimento que o esporte impõe.

2.2. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

2.3. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto licitado tem natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 Lei 14.133/2021).

I. A demanda refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.



3.3. Da qualificação econômico-financeira:

I A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante.

3.4. Da qualificação técnica:

I. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

i. O licitante deverá possuir capacidade de entrega do objeto licitado, compatível com as especificações mínimas constante neste Termo, para tanto, será exigido apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com comprovação de fornecimento, no território nacional, comprovando boa qualidade dos produtos/serviços entregues.

3.5. Dos prazos e condições de entrega:

I. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo.

i. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

ii. A entrega provisória dos produtos deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis, no endereço indicado nas Notas de Empenho de Despesa/Ordem de Entrega após seu recebimento.

iii. Verificada a não conformidade na entrega dos materiais, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

iv. A entrega definitiva dos materiais, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal, desde que em conformidade com as exigências deste termo.

v. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os produtos.

3.6. Da fiscalização:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por servidores designados para tal, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.



3.7. Do pagamento:

I. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

i. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

ii. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

iii. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados quando da formalização de contratos simplificados e emissão das Notas de Empenho de Despesa.

II. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

III. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

IV. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

V. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

VI. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VIII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

IX. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

X. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

3.8. Das obrigações da contratante e da contratada:

I. São Obrigações da Contratante

i. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;

ii. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;

iii. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

iv. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;

v. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

II. São Obrigações da Contratada

i. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;

ii. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

iii. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

iv. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;



- v. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- vi. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- vii. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- viii. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.
- ix. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

3.9. Das sanções administrativas:

- I.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:
 - i. Advertência;
 - ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- III.** As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.
- IV.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.
- V.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VI.** A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- VII.** Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- VIII.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- IX.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no



prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii.** Pagamento da multa;
- iii.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

3.10. Dos casos fortuitos ou de força maior:

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- i.** Greve geral;
- ii.** Calamidade pública;
- iii.** Interrupção dos meios de transporte;
- iv.** Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- v.** Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

3.11. Do reequilíbrio econômico-financeiro:

I. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: “para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”.

3.12. Da extinção:

I. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada:

- i.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- ii.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- iii.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.



iv. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.